



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

PROFESSORES DA EJA E ALUNOS INFRATORES: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TRABALHO EDUCATIVO E FORMAÇÃO DO EDUCADOR DE JOVENS E ADULTOS

Ronaldo Revejes Pedroso

Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCL/ARARAQUARA
ronal_rp@hotmail.com

Modalidade: Comunicação Oral

Eixo temático 4: Espaços, tempos, formatos e financiamento de formação continuada de educadores(as) de EJA

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho educativo desenvolvido com alunos infratores que frequentam a Educação de Jovens e Adultos. Pretende-se verificar quais saberes e práticas pedagógicas do professor da EJA podem auxiliar adolescentes em regime de liberdade assistida no processo de reintegração social. De natureza qualitativa o estudo tem como metodologia de trabalho o Estudo de Casos. A pesquisa de campo está sendo realizada no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) “Irmã Edith” no município de Araraquara/SP, tal unidade é um centro de formação e articulação das ações de EJA. No que se refere ao trabalho educativo desenvolvido nessa instituição, já foi possível constatar que a maioria dos docentes busca utilizar formas diversificadas de transmitir os conteúdos curriculares de suas respectivas disciplinas. É notória a conscientização e preocupação desses profissionais em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Dados preliminares apontam contribuições positivas da escola no processo de reintegração social dos alunos infratores. A instituição educacional pesquisada, de maneira geral, tem buscado acolher esses estudantes e auxiliá-los no processo de ressocialização a qual estão vivenciando. Nesse cenário, o professor da EJA acaba despertando para a necessidade de refletir sobre suas práticas pedagógicas a fim de desenvolver melhor o trabalho educativo com esse público específico que está presente nessa modalidade de ensino. Mas para que isso ocorra de maneira significativa o educador necessita de articulações de políticas públicas que venham contribuir para criar, fortalecer e estender a formação de educadores de jovens e adultos.

PALAVRAS-CHAVE

EJA, Alunos Infratores, Práticas Pedagógicas, Formação do Educador de Jovens e Adultos.



1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O número de jovens e adolescentes que cometem delitos tem aumentado ao longo dos anos. Nota-se que esse é um problema que tem afetado a maioria dos municípios brasileiros, e está relacionado diretamente com a exclusão social sofrida por jovens e adolescentes que carecem de bom relacionamento familiar, de oportunidades de estudo e de projetos sociais que lhes proporcionem qualificação profissional e, dessa forma, tenham aumentadas suas chances de ingresso no mercado de trabalho.

Os jovens infratores da lei são, na maior parte dos casos, discriminados e excluídos do meio em que vivem e no contexto escolar no qual estão inseridos. Para Volpi (2001), isso ocorre porque a mídia difunde uma cultura excludente e preconceituosa que se preocupa apenas em alimentar a indústria sensacionalista de jornais, programas de rádio e de televisão. A repercussão dessas informações acaba influenciando a opinião pública, que passa a desconsiderar o fato de que tais jovens são sujeitos de direito.

A lei 8069/90 denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e, em seu artigo 2, considerando criança a pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. A referida lei, no artigo 104, considera penalmente inimputáveis os menores de 18 (dezoito anos) e estabelece, no artigo 112, que, após verificada a prática de ato infracional, as autoridades competentes estão autorizadas a aplicarem medidas sócio-educativas, de acordo com a capacidade do adolescente em cumpri-las, mediante as circunstâncias e a gravidade da infração. As medidas estabelecidas são:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semi-liberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional.(BRASIL, 1990 , p. 27)

Tais medidas são vistas pela sociedade como um instrumento de mera punição aos jovens em conflito com a lei. Entretanto, o propósito da aplicação de tais procedimentos é a



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

reeducação dos infratores com o intuito de prepará-los para a reinserção social. É nesse contexto que se insere o papel da escola, visto que, como afirma Delors (1999),

Em sociedades cada vez mais complexas e multiculturais, a emergência da escola como esfera pública acentua sua relevância insubstituível na promoção da coesão social, da mobilidade humana e da aprendizagem na vida em comunidade. (DELORS, 1999, p. 223)

Percebe-se, portanto, que a escola constitui um espaço em que se aprende – ou deveria se aprender – a conviver e a desenvolver valores morais e éticos. Dessa forma, conclui-se que é função da escola contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes, o que é previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996 , p. 1)

Nesse mesmo sentido, Delors (1999) afirma que a missão da educação é, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomarem consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta (p. 97). Para ele “aprender a viver com os outros” (p. 96) representa hoje um dos maiores desafios da educação.

Devido ao fato de o professor ser o mediador do processo de ensino-aprendizagem, ele, conseqüentemente, influencia na formação pessoal e social dos alunos. Por isso, acredita-se que suas práticas pedagógicas são fundamentais para a reintegração social de alunos em liberdade assistida. Arroyo (2000) explica que o educador pode contribuir muito para romper as fronteiras da desumanização:

Teremos obrigação moral como profissionais de extirpar toda estrutura, toda lógica, e todo ritual, excludentes e seletivos, que



reforcem os processos de exclusão e desumanização a que vêm sendo submetidos fora da escola. (ARROYO, 2000, p. 61)

Para o autor, grande parte da tarefa de humanizar e socializar os alunos está nas mãos dos professores. Entretanto, ele esclarece que a escola sozinha não consegue reverter processos de desumanização sofridos pelos alunos na infância e na adolescência. É necessário, cooperação entre escola, família e sociedade para que essa reversão de fato se efetue.

Delors (1999) argumenta que “a participação de professores e de alunos em projetos comuns pode dar origem à aprendizagem de métodos de resolução de conflitos e constituir uma referência para a vida futura dos alunos, enriquecendo a relação professor/aluno” (p. 99).

No que se refere à contribuição da pesquisa para com o processo de formação de educadores da EJA, vale ressaltar que a investigação busca compreender a própria escola como espaço de formação do educador de jovem e adulto. Compreende-se que no momento em que o educador interage e desenvolve experiências com os sujeitos da EJA, ele passa a participar da gestão e conseqüente construção de sua própria formação continuada. De certa forma, a discussão dessa temática vem também a contribuir com a escassez de informações sobre a pouca ou quase inexistente quantidade de ações e/ou políticas públicas voltadas para a formação dos educadores de jovens e adultos, o que incentiva essa análise e justifica a ânsia de seu desenvolvimento.

1.1 *Questão de pesquisa*

O trabalho educativo na EJA com alunos infratores em regime de liberdade assistida pode contribuir positivamente no processo de reintegração social? Como as práticas pedagógicas do professor da Educação de Jovens e Adultos podem auxiliar os adolescentes em conflito com a lei?



1.2 Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

- Analisar o trabalho educativo e identificar quais saberes e práticas pedagógicas, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, podem contribuir com a reintegração social de alunos infratores em regime de liberdade assistida.

1.2.2 Objetivos específicos

- Conhecer e analisar o trabalho educativo realizado com alunos infratores em regime de liberdade assistida.
- Conhecer e analisar as representações de professores sobre a ressocialização de alunos em liberdade assistida;
- Conhecer o espaço escolar no qual jovens e adolescentes estão inseridos, identificando condições de (im)possibilidade de adaptação e reintegração social;
- Verificar as condições de adaptação e de reintegração social desses alunos na esfera escolar;
- Identificar o que os alunos esperam da escola, suas representações em torno das práticas pedagógicas utilizadas por seus professores que possam vir a contribuir com o processo de ressocialização a qual estão vivenciando.
- Conhecer políticas públicas voltadas para ressocialização e integração de jovens infratores numa perspectiva histórica.
- Conhecer e analisar ações e políticas públicas voltadas à formação de educadores de jovens e adultos.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e tem como metodologia de trabalho o Estudo de Casos, entendido como “uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e



característico” (Martins, 2009). A escolha de tal abordagem se deve ao caráter investigativo da dissertação, que utilizará de diversas fontes de informação visando “relacionar as ações, os comportamentos e as interações das pessoas envolvidas com a problemática da situação a que estão ligadas” (Martins, 2009).

Considerando-se que a proposta da pesquisa é analisar o trabalho educativo e conhecer as práticas pedagógicas do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que podem contribuir com a reintegração social de alunos infratores em regime de liberdade assistida, serão utilizadas, para constituição do aparato teórico: obras que tratam do papel da escola e do educador na formação de indivíduos enquanto seres sociais e cidadãos críticos; textos que tratam especificamente da relação entre a escola e a ressocialização de jovens infratores; legislação referente à liberdade assistida e as medidas sócio-educativas aplicadas a indivíduos sob esse regime.

A pesquisa de campo está sendo realizada no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) “Irmã Edith” localizada no município de Araraquara/SP. A referida unidade é um centro de formação e articulação das ações de EJA no município, e oferece ensino fundamental a alunos vindos de diversos bairros da cidade.

A escolha da escola atendeu aos seguintes critérios: 1) escola de fácil acesso ao pesquisador; 2) aceitabilidade do pesquisador dentro da escola em virtude de fazer parte do quadro efetivo de professores; 3) matrícula e frequência de alunos em regime de liberdade assistida.

A referida instituição possui ainda parceria com a UNESP e recebe bolsistas do PIBID. A presença desses universitários na rotina escolar tem produzido efeitos positivos no processo educativo. Por meio de um trabalho interdisciplinar, os bolsistas PIBID em parceria com os professores têm desenvolvido atividades didáticas e proporcionado aos estudantes uma melhor compreensão dos conteúdos curriculares.



2.1 Procedimentos metodológicos

O estudo realizado busca analisar práticas pedagógicas no contexto educacional de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que lidam com alunos infratores sob o regime de liberdade assistida.

Após a construção da fundamentação teórica, partiu-se para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Para tanto, escolheu-se o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) “Irmã Edith” localizada no município de Araraquara/SP, onde o pesquisador atua como docente do quadro efetivo de professores desde o segundo semestre de 2013.

A pesquisa de campo prevê as seguintes etapas:

1) Aplicação de questionário:

1.1. Aos docentes da instituição, com o objetivo de conhecer e analisar as representações dos professores sobre a ressocialização de alunos em liberdade assistida, assim como identificar as práticas pedagógicas que estes acreditam que podem contribuir para a reintegração social desses alunos;

1.2. Aos alunos que convivem com adolescentes em liberdade assistida, com o propósito de investigar o relacionamento social entre eles e, dessa forma, identificar a possível existência de preconceito no convívio e no trato com alunos sob esse regime;

2) Entrevista semi-estruturada:

2.1. Com a coordenadora pedagógica da instituição, com o intuito de conhecer a infraestrutura da escola, o público atendido, e a forma com que os alunos em liberdade assistida são recebidos e/ou inseridos nas salas de aula.

2.2. Com os alunos em liberdade assistida, a fim de verificar as condições de adaptação, de convívio e de reintegração social na esfera escolar, assim como conhecer suas representações em torno das práticas pedagógicas utilizadas por seus professores que possam vir a contribuir com o processo de ressocialização a qual estão vivenciando.



2.3 Com o coordenador da Fundação Casa da unidade de Araraquara, com o objetivo de conhecer ações e políticas públicas desenvolvidas pelo município voltadas para ressocialização e (re)integração de jovens infratores ao meio escolar e ao mundo do trabalho.

3. COTIDIANO ESCOLAR DA EJA: ALGUMAS REFLEXÕES

Canen (1999) demonstra certa preocupação com as práticas pedagógicas no cotidiano escolar da Educação de Jovens e Adultos, e aponta a (re)inserção escolar com maiores possibilidades de sucesso quando os professores levam em consideração “a necessidade de fortalecer a auto-estima e a construção da identidade dos sujeitos que dela participam” (p. 98).

A autora aponta essa modalidade de ensino como responsável por atender parcelas da população que tiveram negada ou frustrada – por sucessivas reprovações – a escolarização enquanto estiveram matriculadas na educação regular.

Para que a educação dessas camadas da população não represente mais uma instância de fracasso escolar, há que, acima de tudo, superar-se a tendência de se considerarem jovens e adultos como uma categoria homogênea . (Canen, 1999, p. 98)

Percebe-se, portanto, a necessidade de visualizar os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos como membros de uma população escolar heterogênea, e assim como explica Dayrell (2005) compreender que “essa modalidade lida com dois tipos de sujeitos – jovens e adultos”. O autor explica que os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos “possuem realidades específicas e assim apresentam demandas e necessidades também específicas” (p. 54).

A discussão então passa pela importância de se considerar todos os sujeitos presentes na sala de aula da EJA, e conseqüentemente analisar o crescimento do número de jovens e adolescentes que por não serem mais aceitos na rede regular acabam sendo inseridos em um espaço escolar muita das vezes frequentado em sua maioria por sujeitos adultos.

Essa divergência etária embora seja benéfica e permita uma rica troca de cultura e experiências, em alguns momentos acaba gerando conflitos. Alguns adultos ao se recordarem



da escola que frequentaram no passado, ainda se remetem a esse espaço escolar como sendo um ambiente totalmente silencioso e ocupado pela fala única do professor. Diante disso, quando convivem com jovens um pouco mais expressivos, acabam em alguns momentos não compreendendo a necessidade do diálogo e da troca de opiniões durante os momentos de aprendizagem.

Surge então a necessidade de se analisar e compreender melhor a juventude presente na EJA, e é fato que essa necessária reflexão não permeia apenas os alunos adultos, mas passa também pelos professores e por todos os profissionais que atuam na escola.

Dayrell (2005) aponta que “se a escola e seus profissionais querem estabelecer um diálogo com as novas gerações, torna-se necessário inverter o processo” (p. 55). Ele explica que não se deve “construir um modelo prévio do que seja a juventude e por meio dele analisar os jovens” (p. 55). O autor propõe que a escola busque conhecer melhor os jovens de maneira a extirpar toda e qualquer postura que rotule negativamente esses indivíduos:

O jovem geralmente aparece como problema, com ênfase na sua indisciplina, na “falta de respeito” nas relações entre os pares e com os professores, na sua “irresponsabilidade” diante dos compromissos escolares, na sua “rebeldia” quanto à forma de vestir – calças e blusas larguíssimas, piercings, tatuagens e o indefectível boné –, o que pode ser motivo de conflito quando a escola define um padrão rígido de vestimenta. (Dayrell, 2005, p. 54)

Para o autor, os professores devem estar atentos para que não visualizem esses jovens com “o estereótipo das gerações atuais como desinteressadas pelo contexto social, individualista e alienadas” (p. 54), isso para que não sigam a tendência de compará-las “às gerações anteriores, mitificadas como gerações mais compreendidas e generosas” (p. 54).

Considerando-se ainda que a premissa dessa pesquisa seja analisar o trabalho educativo e as práticas pedagógicas do professor da Educação de Jovens e Adultos caberia ainda levantar questões investigativas sobre o processo de formação de educadores da EJA. A grande maioria dos profissionais que atuam nessa modalidade tiveram pouca ou quase



nenhuma formação específica nessa área, e esse desamparo tem causado muitas dificuldades no enfrentamento de desafios que surgem durante o processo educativo.

Nesse sentido, Giovanetti (2005) levanta a questão “como pensar um processo de formação de educadores de EJA marcado pela intencionalidade de auxiliar no processo de mudança social?” (p. 249). A autora propõe então uma discussão pautada na interlocução entre a filosofia e as ciências sociais:

Na filosofia, encontramos os referenciais teóricos para a explicitação dos pressupostos que fundamentam nossa concepção de educação. Ou seja, a concepção de mundo marcada pelo movimento, um processo em constante construção, e a concepção de homem marcada pela dimensão do sujeito e de um ser de relações. Nas ciências sociais, encontramos os referenciais teóricos para buscar a compreensão da complexidade dos dilemas presentes na sociedade brasileira, profundamente marcada pela desigualdade social. (Giovanetti, 2005, p. 249).

Giovanetti analisa a importância da formação de educadores da EJA, e aponta que esse processo pode contribuir significativamente com a mudança social dos alunos que frequentam as salas de aulas dessa modalidade de ensino. Ela utiliza ainda as ideias de Arroyo (2001) para defender a necessidade de reeducação do olhar docente a fim de conceber os alunos na totalidade de suas existências: “Reeducar o olhar docente para ver os educandos e as educandas em suas trajetórias não apenas escolares, mas também de vida, sua condição de sujeitos sociais e culturais de direitos totais” (Arroyo, 2001, p. 121.).

O Plano Nacional de Educação, Lei 10.271/01, prevê no capítulo 5, Educação de Jovens e Adultos, no item 5.3, Objetivos e Metas:

Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo. (BRASIL, 2001).



De certa forma, é possível perceber o descomprometimento do poder público em fazer valer o que está previsto nesse plano. A carência de políticas públicas que garantam a execução do que está indicado nesse documento tem contribuído para que a grande maioria dos profissionais que atuam na modalidade da EJA enfrentem dificuldades diante dos desafios que surgem durante o trabalho educativo. A discussão sobre a “necessidade de se ter uma formação específica para o formador de jovens e adultos”, é também uma das preocupações de Soares (2005):

Entre os desafios colocados para a EJA, está a configuração de seu campo de estudo e de atuação, e como parte dessa configuração situa-se a formação do educador de jovens e adultos. É necessário, portanto, estender a formação do educador de jovens e adultos para além do curso de pedagogia, pois é comum ouvirmos: “Qualquer um que saiba ler sabe e pode alfabetizar”. (Soares, 2005, p. 287).

Para o autor, “a continuidade dos estudos dos jovens e adultos não recebe atenção diferenciada de parte dos cursos de formação de educadores” (p.285). Ele explica que educadores e estudiosos podem contribuir com a configuração e afirmação dessa modalidade de ensino, e utiliza as ideias de Arroyo (2004) para defender que ela não pode continuar sendo vista “como “lote vago”, “terra sem dono”, onde tudo se pode e qualquer um põe a mão” (p. 287).

Soares (2005) finaliza enfatizando ainda que “a articulação de uma política nacional de educação de jovens e adultos em muito contribuirá para a convergência das instituições governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, bem como os demais seguimentos envolvidos com a EJA” (p. 286-287). E propõe uma aliança entre “as universidades, os movimentos sociais, as organizações não governamentais e as iniciativas dos trabalhadores e dos empresários” (p.287) para fortalecer e estender a formação do educador de jovens e adultos.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das primeiras etapas da pesquisa de campo contribuiu para a elaboração de algumas considerações que abrangem os resultados parciais do presente estudo. No que se refere ao trabalho educativo, foi possível constatar que a maioria dos docentes da instituição educacional pesquisada busca utilizar formas diversificadas de transmitir os conteúdos curriculares de suas respectivas disciplinas. É notória a conscientização e preocupação desses profissionais em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

Quanto aos alunos que convivem com adolescentes em liberdade assistida, observou-se que o relacionamento social entre eles flui de maneira natural. Percebeu-se, que na maioria das vezes os demais alunos não têm conhecimento de que em meio a eles existem adolescentes infratores da lei, e que cumprem medidas sócio-educativas, o que de certa forma pode estar contribuindo com a pouca incidência de preconceito no convívio e no trato com os jovens estudantes que estão sob esse regime.

A instituição educacional, de maneira geral, tem buscado acolher esses alunos e auxiliá-los no processo de ressocialização a qual estão vivenciando. Nesse cenário, o professor da EJA enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem e por ter influências na formação pessoal e social desses jovens estudantes acaba despertando para a necessidade de refletir sobre suas práticas pedagógicas a fim de desenvolver melhor o trabalho educativo com esse público específico presente nessa modalidade de ensino.

Notou-se ainda que um dos desafios que tem sido enfrentado pelos educadores é justamente a pouca ou quase inexistente quantidade de ações e/ou políticas públicas voltadas para a formação dos educadores de jovens e adultos. Nesse contexto, foi possível perceber a necessidade urgente de articulações entre o poder público – através das instituições governamentais – e de outros segmentos envolvidos com a EJA – como as universidades, os movimentos sociais, e até mesmo de iniciativas dos trabalhadores e dos empresários –, a fim de que todos possam contribuir para criar, fortalecer e estender a formação de educadores de jovens e adultos.



BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, M. G. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil, 2001.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Brasília-DF: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1996.
- _____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (PNE). Brasília, DF: 2001. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.
- CANEN, Ana. Desmitificando a avaliação. In: Salto para o Futuro – Educação de jovens e adultos / Secretaria de Educação a Distância. Brasília. Ministério da Educação, SEED, 1999.
- DAYRELL, Juarez T. A juventude e a Educação de Jovens e Adultos: Reflexões iniciais novos sujeitos. In: SOARES, Leôncio.; GIOVANETTI, Maria A. G; GOMES, Nilma L.; Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2005.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação do século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- GIOVANETTI, Maria Amélia G. C. A formação de educadores de EJA: o legado da educação popular. In: SOARES, Leôncio.; GIOVANETTI, Maria A. G; GOMES, Nilma L.; Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2005.
- MARTINS, M. A. H. Estudo de Caso. Disponível em: <
<http://mariaalicehof5.vilabol.uol.com.br/#Estudo%20de%20Caso>>. Acesso em 10 ago. 2009.
- SOARES, Leôncio. Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio.; GIOVANETTI, Maria A. G; GOMES, Nilma L.; Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2005.
- VOLPI, Mario. Sem Liberdade, Sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente em conflito com a lei. São Paulo. Cortez. 2001.